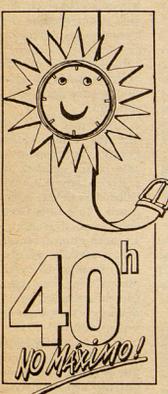




CGTP - IN  
CENTRO DE  
DOCUMENTAÇÃO  
51376  
Nº  
9268

MENSÁRIO  
DA  
CGTP-IN  
Julho/Agosto de 1990  
3.ª Série — Nº 2  
R. Victor Conde, 1 — 3.ª  
1204 Lisboa Codex  
40500

# ALAVANCA



Semana  
de  
Luta  
parou  
relógios  
nas  
40 horas

A luta pela redução dos horários de trabalho tem desde sempre motivado uma grande unidade entre todos os trabalhadores. Recordar-se que é esta reivindicação que está por detrás das comemorações do Primeiro de Maio.

Entre 25 e 30 de Junho, os trabalhadores disseram não a horários superiores a 40 horas. O Governo já foi obrigado a desfazer-se em promessas que não concretiza. O patronato afirma que a questão deve ser discutida directamente com os sindicatos e portanto o Governo não se deve meter nisso.

Enfim, os trabalhadores começam a levar a melhor. A reivindicação é justíssima.

(Pág. 7)

## No Calor da Luta

Em matéria de acção reivindicativa, Junho foi escaldante. Desde sectores de serviços até aos da indústria transformadora todos estiveram envolvidos em lutas, que demonstraram que a unidade e a determinação dos trabalhadores não vai nunca de férias.

Para quem não gosta da luta e da unidade dos trabalhadores Junho foi sufocante.

(Pág. 8)



# Com uma proposta de Lei de Bases Inconstitucional HAJA SAÚDE



Estar doente em Portugal é duplamente mais grave que noutra país qualquer da CEE. Os nossos serviços de saúde estão gravemente doentes. Há muito tempo. Há demasiado tempo.

Com um serviço de saúde tão degradado, livre-se de estar doente.

### EDITORIAL

## Vamos conseguir

A questão das 40 horas semanais no máximo está na ordem do dia das prioridades da esmagadora maioria dos portugueses e da totalidade dos trabalhadores — e são muitos que ainda trabalham mais do que 40 horas semanais.

Não foi, por isso, estranho que mais de meio milhão de trabalhadores tenha aderido directamente à jornada de luta pelo máximo de 40 horas semanais que a CGTP-IN, com muita oportunidade, levou à prática entre os dias 25 e 30 de Junho e que, muito acertadamente, vai continuar a desenvolver para pressionar a Assembleia da República, o Governo e as associações patronais.

De registar que foram de imediato conseguidos resultados positivos, quer ao nível de muitas empresas quer mesmo ao nível de alguns sectores.

Outra coisa não era de esperar.

Estranho é que nem todas as associações patronais, acompanhando a evolução da História, tenham uma perspectiva dinâmica do fenómeno económico, cuja última finalidade é sempre o bem-estar da Humanidade.

Estranho é que o presidente da CIP, quanto à redução do horário de trabalho e não só, assumiu uma posição tão retrógrada e anti-social, dum conservadorismo chocante, que foi abandonada nos anos 70 e que está claramente desajustada em relação aos seus parceiros europeus, ao processo de desenvolvimento democrático que se vive em Portugal desde 1974 e, naturalmente, à necessária coesão económica e social hoje tão badalada na maioria da Europa mas que continua tão esquecida no nosso país.

Enfim, mais uma vez, Governo e associações patronais na mesma luta.

E, por isso, importante que trabalhadores, todos os trabalhadores, independentemente das suas opções políticas e sindicais, unam os seus esforços na luta pelas 40 horas semanais no máximo.

Vamos a isto.

Vamos conseguir.

(Centrais)

Manuel Lopes

## LEGISLAÇÃO

**Despacho 40/SESS/90, DR 2.º de 16.**  
— Reconhece o direito ao abono de família pelos descendentes dos beneficiários da Seg. Social que frequentem acções de iniciação profissional ou pré-profissionalizante, no âmbito do PIPSE, independentemente da sua idade.

**Decreto-Lei 179/90 de 5.6.**

— Define o enquadramento no regime geral de Seg. Social do pessoal docente dos estabelecimentos de ensino não superior, particular e cooperativo.

**Despacho 42/SESS/90, DR 2.º de 6.6.**

— Determina a admissibilidade de outros meios de em caso de impossibilidade de apresentação do contrato a prazo nos casos em que o trabalhador já investiu inscrição na Seg. Social e para os efeitos de dispensa temporária de contribuições (DL 257/86 de 27.8. Artigo 6.º).

**Decreto-Lei 186/90 de 6.6.**

— Sujeita a uma avaliação de impacto ambiental os planos e projectos que, pela sua localização, dimensão ou características, sejam susceptíveis de provocar incidências significativas no ambiente.

**Decreto-Lei 187/90 de 7.6.**

— Estabelece o estatuto remuneratório do pessoal das carreiras da administração tributária e aprova a respectiva escala salarial.

**Decreto-Lei 189/90 de 8.6.**

— Introduz, a título excepcional para o concurso nacional de 1990, uma bonificação destinada aos candidatos não colocados em anos anteriores.

**Decreto-Lei 421/90 de 9.6.**

— Regula a transição para a nova estrutura salarial dos profissionais de enfermagem integrados no quadro do pessoal civil do GNR.

**Portaria 426/90 de 12.6.**

— Regula a estrutura salarial dos profissionais de enfermagem integrados no quadro do pessoal civil do GNR.

**Portaria 462/90 de 20.6.**

— Fixa o preço máximo de venda ao público dos manuais escolares do 1.º ciclo do ensino básico.

**Portaria 470/90 de 23.6.**

— Determina que no mês de Julho de cada ano os pensionistas dos regimes da Seg. Social tenham direito a receber, além da pensão mensal, uma prestação adicional de igual montante (14.º mês).

**Decreto-Lei 206/90 de 20.6.**

— Altera o código do imposto sobre os rendimentos das Pessoas Singulares (IRS).

**Despacho 44/SESS/90, DR 2.º de 26.6.**

— Sobre a verificação dos requisitos da incapacidade e dependência para efeitos de atribuição do Suplemento de Grande Invalidez.

**Decreto-Lei 210/90 de 27.6.**

— Revoga o DL 363/86 de 30.10 que permitia o requerimento a todo o tempo, das pensões de aposentação dos antigos funcionários e agentes da ex-administração ultramarina.



Entrevista com  
**Maria da Luz**

**A taxa de desemprego juvenil cifra-se em 13,5 por cento. O subsídio de desemprego apenas é atribuído a nove mil dos 172,5 mil jovens desempregados. Dos jovens que procuram novo emprego, 56 por cento fazem-no por ter cessado a duração do contrato de trabalho.**

**Este é o mundo real de 58 por cento dos jovens entre os 15 e os 25 anos que estão na população activa.**

**Oportunidade para ouvirmos Maria da Luz Noqueira da INTERJOVEM sobre aquele que é hoje o maior flagelo da juventude: a precariedade de emprego.**

## Jovens com problemas velhos Precariedade é flagelo

ALAVANCA — A precariedade de emprego é um dos maiores problemas da juventude trabalhadora. Para além da INTERJOVEM há mais organizações empenhadas em denunciar esta situação?

M. da Luz — Há dois tipos de intervenção. Há a intervenção feita em cada sector de actividade e portanto junto das empresas, onde se sensibilizam os jovens para o problema e onde eventualmente se solicita a intervenção dos órgãos de fiscalização, designadamente a inspecção do trabalho e outra intervenção em que nós nos viramos para as instituições, para a denúncia pública, etc.

A. — O Conselho Consultivo chegou a discutir o problema o ano passado?

M. da Luz — Sim e nós apresentámos um documento com propostas para combater a precariedade, o que passa pela actividade eficaz da Inspeção Geral do Trabalho que não pode ficar apenas à espera das denúncias dos sindicatos. Tem também de tomar a iniciativa.

A. — Quer dizer que não o faz?

M. da Luz — Nem pensar nisso. Eu gostara de relembrar que em relação aos jovens que procuram o primeiro emprego, o Governo deu-lhes uma grande machadada com a alteração da lei dos contratos a termo que tem uma célebre alínea que permite que só por se estar à procura do primeiro emprego se seja contratado a prazo. Se já antes era um regabofe, hoje o regabofe está legitimado.

A. — A vossa intervenção faz-se a que níveis?

M. da Luz — Há dois tipos de intervenção. Há a intervenção feita em cada sector de actividade e portanto junto das empresas, onde se sensibilizam os jovens para o problema e onde eventualmente se solicita a intervenção dos órgãos de fiscalização, designadamente a inspecção do trabalho e outra intervenção em que nós nos viramos para as instituições, para a denúncia pública, etc.

A. — O Conselho Consultivo chegou a discutir o problema o ano passado?

M. da Luz — Sim e nós apresentámos um documento com propostas para combater a precariedade, o que passa pela actividade eficaz da Inspeção Geral do Trabalho que não pode ficar apenas à espera das denúncias dos sindicatos. Tem também de tomar a iniciativa.

A. — Quer dizer que não o faz?

M. da Luz — Nem pensar nisso. Eu gostara de relembrar que em relação aos jovens que procuram o primeiro emprego, o Governo deu-lhes uma grande machadada com a alteração da lei dos contratos a termo que tem uma célebre alínea que permite que só por se estar à procura do primeiro emprego se seja contratado a prazo. Se já antes era um regabofe, hoje o regabofe está legitimado.

A. — Tanto quanto parece, a precariedade afecta a própria carreira e formação profissional...

M. da Luz — Disso não há a menor dúvida. Para além da instabilidade, o jovem não se sente profissionalmente realizado e isto é mau até para as empresas. O sistema pode funcionar em termos imediatos, mas no futuro não resulta. Porque não havendo valorização profissional não há melhor nem mais rentabilidade.

Como é o presente que vai assegurar o futuro, que futuro é que nós temos em termos de mercado de trabalho?

A. — Com a dificuldade dos jovens trabalhadores com emprego precário em participar na acção sindical e com a impotência e por vezes com o desinteresse das instituições face a este problema, que soluções é que se preconizam?

M. da Luz — Bom, nada disto é fácil e não há soluções milagrosas. Eu não tenho a pretensão de apontar o caminho, de dizer que o caminho é este com toda a segurança. Agora, há caminhos possíveis e que têm de ser equacionados. O primeiro é obviamente o caminho da contestação e da luta contra isto.

Aqui, eu creio que os sindicatos e particularmente a INTERJO-

VEM, não temos feito do ponto de vista da intervenção concreta, dirigida, esclarecedora, informativa, as acções necessárias e indispensáveis. Mesmo a pressão exercida junto das instituições não terá sido a suficiente.

Julgo que à medida que nós formos conseguindo, numa empresa aqui, numa empresa ali, consciencializar os trabalhadores de que estar a prazo não é uma fatalidade e é possível alterar a situação com a sua acção, à medida que formos arranjando exemplos concretos de alteração da situação, vamos dando confiança aos jovens para lutar.

A. — As situações de precariedade fazem com que os direitos adquiridos não sejam observados. Ou isto não se passa assim?

M. da Luz — É rigorosamente assim. A precariedade acaba por ser um mecanismo para o não cumprimento dos direitos.

A. — Este problema não é só português, pois não?

M. da Luz — Não, não, coloca-se também nos países da CEE. Ai, temos de encontrar formas de intervenção convergentes, dirigidas ao Parlamento Europeu e a outros órgãos como o Fórum da Juventude e com uma pressão muito grande para que de facto se ponha um travão neste flagelo social.

## Reformados

# A luta não se reforma

Os reformados mandam a reforma às urtigas e decidem organizar-se na «Interreformados», organização que pretende aglutinar os reformados de todos os sectores e regiões.

A criação da Interreformados vem na sequência da necessidade de uma maior intervenção dos reformados, dum melhor conhecimento das suas necessidades e dum maior capacidade reivindicativa.

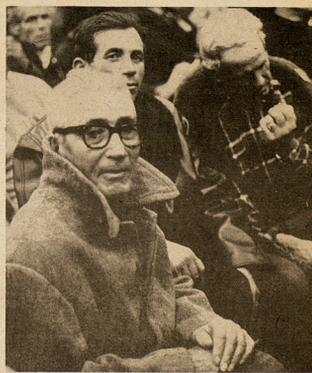
Refira-se que as Comissões de Reformados existentes estão longe de cobrir todo o âmbito da estrutura.

A importância desta estrutura está bem patente nos dados estatísticos: a população idosa representa 14 por cento da população total.

A primeira Conferência Nacional de Reformados da CGTP-IN, que irá decorrer a 10 de Novembro de 1990, irá

aprovar o projecto de regulamento e o anteprojecto de plataforma reivindicativa da Interreformados, que tem o lema «a certeza de viver melhor».

Garantem os dinamizadores que, com esta organização, os reformados manter-se-ão organizados para melhor defesa e melhoria dos seus direitos, interesses e condições de vida, depois de saírem do activo.



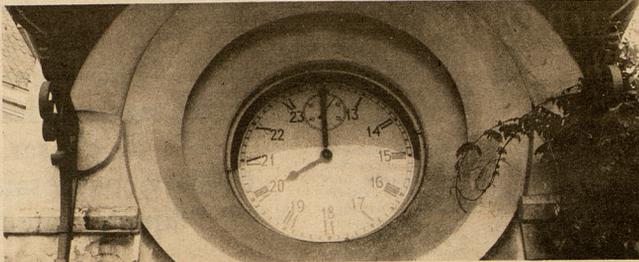
Director: Manuel Lopes; Coordenador de edição: Mário Rui Ferreira; Redacção: Gonçalves André, Herminio Fernandes, Júlio Cardoso; Fotografia: João Silva; Grafismo e maquetagem: Rui Cardoso e Rui Pereira; Cartões: Humberto Santiago; Colaboraram neste número: Dr. Francisco Madelino, Dr. Ana Val,

ALAVANCA  
FICHA TÉCNICA

Dr. Mário Jorge, Fátima Dias, Dr.ª Teresa Dias e Dr. Luis Costa; Composição, montagem e impressão: Héska Portuguesa; Tiragem: 50.250 exemplares; Propriedade: Edições Um de Outubro; Redacção: R. Vitor Cordeiro, 1.3.º, 1294 Lisboa Codex. Tel.: 372181 Fax: 372189 Telex: 13672

A jornada pela redução do horário de trabalho teve «grande dimensão».

Estiveram envolvidas centenas e centenas de empresas de praticamente todos os sectores de actividade. Na semana de 25 a 30 de Junho, o tempo parou, autenticamente, nas 40 e, no jogo do braço de ferro com patrões e administrações, os trabalhadores começaram a levar a melhor.



Entre 25 e 30 de Junho

## O tempo parou nas 40

Todos os dados e números disponíveis indicam que a semana de luta pelas 40 horas, que decorreu entre 25 e 30 de Junho, ultrapassou as expectativas.

Arrançou com 300 mil, terminou com mais de meio milhão de trabalhadores a fazer greve à 40 horas acima das 40 semanais. A adesão atingiu os 90%. Muitos outros milhares optaram por acções de tipo diferente: plenários de empresa ou sector, concentrações, desfiles, abaixo-assinados e petições a enviar às associações patronais e aos órgãos de soberania.

A luta correu sector a sector: metalurgia, indústria alimentar, têxtil, cortumes, vestuário, gráfico, transportes rodoviários e fluviais, função pública, administração local, químico, etc., etc. Alguns deles promoveram acções de rua bem singulares, como foi o caso dos trabalhadores de hotelaria que resolveram disputar uma corri-

da de bandeja (contra o tempo perdido...) em plena baixa lisboeta, no sábado de manhã.

A hora em que realizou essa corrida, já tinham sido acordadas reduções de horários em sectores inteiros como o dos Cortumes e da Saúde Pública e em empresas como Sterling, Hotel Ritz, Gomse, Novembro, M. E. Franqueira, Coats & Clark, Nabisco, Sacropor, Silva e Sisto, Premali, Metalminer e outras.

Por força dum acordo assinado pela Federação da Função Pública, os operários, motoristas e trabalhadores dos serviços gerais do Ministério da Saúde passaram, de imediato, a trabalhar 36 horas, com a garantia de que até ao fim do ano o seu horário de trabalho será de 35 horas. Esta vitória beneficia 40 mil trabalhadores de hospitais, centros de saúde e outros serviços de saúde.

No balanço que fez e divulgou em conferência de imprensa, no dia 28, a

CE da CGTP-IN, pela boca de Manuel Carvalho da Silva, manifestou a convicção de que «a jornada demonstrou de forma inequívoca que os trabalhadores portugueses têm razão e existem condições para a redução do horário de trabalho».

### Só por teimosia

Manuel Carvalho da Silva congratulou-se com «o facto de muitos empresários de diversos sectores e regiões terem já reconhecido a justeza e considerado que a redução do horário de trabalho se adequa com a evolução do aparelho produtivo».

«Mas, porém, os empresários que se «acolhem às posições intransigentes e retrogradas que o Governo e as principais associações patronais mantêm quanto a esta questão». Por não haverem

razões plausíveis para que assim procedam, isso só acontece por teimosia cega.

### 1990 será o ano da redução dos horários

A CE considerou ainda, na referida conferência de imprensa, «ser necessário que o governo e as associações patronais mais conservadoras ponham de lado a sua teimosia e a imposição de horários de trabalho perfeitamente desadequados e, em muitos casos, mesmo desumanos».

«É também necessário — acrescentou o coordenador da CGTP-IN — que o Primeiro-Ministro e o Governo passem a ser coherentes na sua actuação. O Governo não pode continuar a afirmar que está preocu-

pado com a coesão económica e social e com a dimensão da CEE e, por outro lado, manter uma posição conservadora sobre uma questão essencial para a valorização da dimensão social, no quadro da Comunidade, que é a redução do horário de trabalho».

Os níveis dos horários de trabalho devem aproximar-se dos que se praticam nos restantes países da CEE.

Cabe à Assembleia da República, onde aguardam agendamento dois projectos de lei, uma palavra muito importante, em especial ao grupo parlamentar do PSD que nela é maioritário.

A CGTP-IN pretende que 1990 seja o ano da redução do horário de trabalho. Por isso, no próximo Conselho Nacional, que reúne dia 13 de Julho, um dos pontos da ordem de trabalhos é «o enquadramento e a definição de novas formas de acção, inclusive junto das diversas instituições do Estado».

## BREVES

### Conselho das Comunidades

O Governo revogou o decreto-lei que institucionalizou o Conselho das Comunidades e impôs a sua substituição por outro em que os representantes dos trabalhadores emigrantes e das organizações sociais são afastados.

A CGTP-IN manifestou já o seu repúdio pela medida e afirmou que «este novo figurino mais não visa que a governamentalização de um órgão em que os representantes dos trabalhadores emigrantes eram democraticamente eleitos e a partir de agora passam a ser nomeados pelos consulados».

Para a CGTP-IN, o Governo procura eximir-se das justas críticas à sua política de emigração, que não resolve os problemas que se colocam à comunidade portuguesa no estrangeiro.

### Os Verdes

A presidente do Grupo Parlamentar de Os Verdes no Parlamento Europeu, Maria Santos, foi recebida na CGTP-IN no passado dia 22 de Junho. A reunião, solicitada pelo «Os Verdes Europeus», abordou questões relacionadas com o desenvolvimento industrial e as suas implicações ecológicas e ambientais.

### Cursos

A Interjovem e o Ex-ternato Séneca proporcionam cursos intensivos com sucesso, a baixo custo com reduções nos preços entre 30 e 50 por cento nas mensalidades e na inscrição. Assim, estão abertas inscrições para fazer, num ano, o curso geral ou o curso complementar. Informate na INTERJOVEM pelo telefone 37 21 81.

### Ai, férias, férias

Em sondagem publicada por um matutino, ficamos a saber que, dos inquiridos, 16,5 por cento pura e simplesmente não fez férias. Pouca sorte!

No lado oposto, e tendo em conta o universo da sondagem, fomos informados que 10 por cento revelou a intenção de gozar as suas férias no estrangeiro. Felizardos!

Entre os inquiridos, 15,2 por cento não chega a sair de casa e 24,2 pretende gozã-las numa casa ou apartamento cedidos por familiares ou amigos. Boa sorte!

Em suma, fica provado que o tempo não está para luxos. Ai, férias, férias...

### Direitos humanos

Entre Abril e Setembro deste ano está a decorrer uma acção da Amnistia Internacional, cujo tema é a violação dos direitos humanos dos sindicalistas.

Reunindo 12 casos de sindicalistas, de origem

muito diversa, vítimas de assassinatos, «desaparecimentos» e detenções, a Amnistia Internacional procura mobilizar os sindicatos no sentido de os publicitarem e de escreverem cartas em seu favor. Segundo aquela organização, os apelos enviados às autoridades não denunciaram apenas as preocupações particulares de cada caso, mas sobretudo recordaram aos governos que ninguém está esquecido.

### Não estraguem o ambiente

Na declaração para o Dia Mundial do Ambiente, o

Grupo Sindical para o Ambiente da CGTP-IN «chama a atenção para a urgência da aplicação de medidas correctoras do mau ambiente nos locais

de trabalho, exigindo o cumprimento da legislação em vigor e recomenda uma boa gestão dos resíduos industriais e urbanos preservando o ambiente».

A declaração salienta ainda que «as condições de vida, tais como as que

dizem respeito à habitação condigna, aos transportes, que tenham em conta a dignidade das pessoas, a água potável e a possibilidade de melhor instrução e tempo de lazer são condições inerentes à qualidade de vida e ao ambiente durável».

**ACAMPAMENTO** de 15 a 30 de AGOSTO

**PORTO COVO, ILHA DO PESSEGUIRO**

**ESPECTÁCULO TROVANTE**

25 de AGOSTO

Inscreve-te: telef. 37 21 81

**L**istas de espera para consultas externas tanto nos hospitais como nos serviços de saúde duram meses, operações cirúrgicas urgentes esperam anos, não há pessoal, não há médicos, não há enfermeiros, não há equipamentos, não há instalações, não há camas, enfim não há serviços de saúde capazes.

Ciente do problema, o Governo atribuiu, em percentagem, à saúde a verba mais baixa da CEE, reduzindo-a ano após ano.

Imbuído da sua fúria privatizadora, o Governo apresenta uma proposta de Lei de Bases da Saúde, onde se prevê os dinheiros públicos venham a incentivar a iniciativa privada. É o descalabro.

Para a CGTP-IN, a proposta é inconstitucional e virá provocar clivagens sociais graves.

Maria do Carmo Tavares, da Comissão Executiva da CGTP-IN, contactada pelo ALAVANCA, não tem dúvidas: «A proposta merece o nosso repúdio.»

E vai mais longe, considerando que «era uma atitude de humildade democrática, o Governo retirar esta proposta de lei da Assembleia da República», porque na sua opinião, ela «está recheada de inconstitucionalidades e é socialmente gravosa».

A dirigente sindical informou que a CGTP-IN pediu já audiências a todos os grupos parlamentares e caso a proposta passe na AR, tudo irá fazer para que seja suscitada a verificação da constitucionalidade do diploma.

Maria do Carmo Tavares refere ainda que «se se quiser fazer uma coisa séria sobre saúde, que se faça uma discussão pública dos vários projectos que existem». Recorde-se que o partido do Governo impediu que os projectos da oposição fossem discutidos na especialidade.

O próprio ministro da Saúde, Artur de Carvalho, solicitou já à AR, urgência na aprovação da proposta de lei, antes ainda do fim desta legislatura, que acaba em finais de Julho.

## A saúde e a lei fundamental

Fazendo um pouco de história, recorde-se que o Governo evocou a revisão constitucional para a alteração da lei e apresentação da sua proposta de lei de bases.

No entanto, vários constitucionalistas referem que a actual Constituição da República (fruto da revisão) não é in-

compatível com as leis actualmente em vigor. A única alteração visível no campo da saúde, diz respeito a uma única formulação: onde antes estava «o serviço de saúde é geral, universal e gratuito» passou a estar «tencialmente gratuito».

A quando da implementação, há uns anos, das famigeradas taxas moderadoras, a CGTP-IN solicitou de imediato e a quem de direito que elas fossem objecto de verificação da constitucionalidade. Na altura, o Tribunal Constitucional deu razão à CGTP-IN.

Posteriormente, já no reinado de Leonor Beleza, a questão foi novamente levantada. A CGTP-IN insistiu na inconstitucionalidade. Desta vez perdeu e os portugueses estão agora a pagar taxas moderadoras.

Esta é mais uma razão invocada para que o argumento da revisão constitucional para a apresentação desta lei de bases não seja válido.

Em suma, como afirma o médico Fernando Loureiro, igualmente membro da Comissão Executiva da CGTP-IN, «a proposta do Governo nada tem a haver com a revisão constitucional, mas sim com a reorganização do sistema de saúde».

## CGTP lança desafio

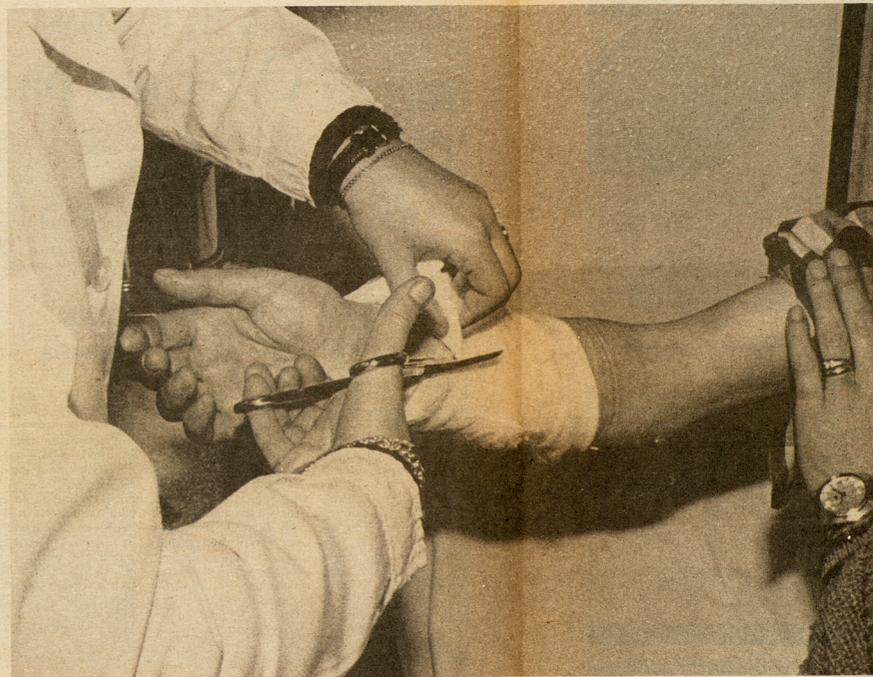
Em conferência de imprensa, os dirigentes da CGTP-IN lançaram um desafio ao Governo, no sentido da realização da discussão pública da proposta. Diz Maria do Carmo Tavares «que quem não deve não teme».

As organizações sindicais do sector afirmam que a Lei do Serviço Nacional de Saúde, conhecida por Lei Arnaut e ainda em vigor, nunca foi levada à prática. «Não houve vontade política em o fazer», referem os sindicalistas, acrescentando que «ninguém pode afirmar com segurança a sua inadequação, por inexistência de experiência».

Carmo Tavares explica que o Serviço Nacional de Saúde, tal como está previsto na actual lei, tem uma direcção unificada, descentralizada, com uma gestão democrática, embora seja ao Governo, como é natural, que compete a definição e coordenação da política de saúde.

Nesse âmbito, as administrações regionais de saúde (ARS) são uma forma de descentralização e de cumprimento do estabelecido na CRP. As ARS têm autono-

A saúde está doente. O problema não é de agora. Já tem barbas. Só há uma explicação: há quem julgue que os portugueses têm uma saúde de ferro. Não é verdade. Ficamos doentes só de pensar que podemos ficar doentes. Os serviços de saúde em Portugal servem para castigar aqueles que têm a ousadia de ficar doentes.



## Acidentes de trabalho aumentam

A CGTP-IN, em parecer sobre o projecto de proposta de Lei de Bases sobre Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho, considerou que «as características dominantes da situação nacional no domínio das condições de vida e de trabalho no nosso país continuam a registar um significativo e crescente aumento da sinistralidade laboral que atinge números cada vez mais alarmantes».

A ausência de plano ou programas de prevenção é uma das principais causas desta situação. Por outro lado, as prestações integrantes de reparação dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais, são extremamente precárias.

A CGTP-IN, não obstante ter uma posição crítica relativamente à proposta, manifestou já a necessidade de aquela ser «objecto de uma ampla consulta pública, da qual resultará um

importante contributo para uma Lei de Bases que assegure a melhoria efectiva das condições de trabalho dos trabalhadores portugueses».

Para a central sindical «deverá ser a Assembleia da República a promover, nos termos da Lei respectiva, um debate junto dos interessados».

Esta matéria é tanto mais importante quando se sabe que a CEE declarou 1992 como o «Ano Europeu de Segurança e Saúde no Trabalho».

Esta questão tem implicações em qualquer política de desenvolvimento económico, na gestão dos recursos humanos, na defesa do ambiente em geral e do ambiente de trabalho em particular e relaciona-se com a produção e a produtividade, assim como com os custos económicos, sociais e humanos da sinistralidade laboral, para toda a sociedade.

# SAÚDE

## Está doente...

problema não é de agora.  
há uma explicação:  
que os portugueses  
é verdade. Ficamos doentes só  
emos ficar doentes.  
Portugal servem para castigar  
adia de ficar doentes.



**ÚD E**  
**oente...**

mia jurídica e de gestão e são, de facto, instituições autónomas. Importa referir, no entanto, que estas ARS sempre existiram de forma transitoria, deixando já antever a vontade política do Governo.

## ARS perdem autonomia

Com a proposta do Governo, as ARS mantêm-se mas perdem a autonomia. O ministro da Saúde passa a ter todo o poder no sector.

Este um dos pontos que a CGTP-IN considera inconstitucional, uma vez que estamos perante um poder altamente centralizado, quando a CRP diz exactamente o contrário.

Até os hospitais, entidades igualmente com autonomia, passam a ser, na prática, dirigidos pelo ministro, que assim pôe e dispõe.

«O que está previsto na proposta do Governo é acabar com o serviço descentralizado de saúde, uma vez que o que lhe dá corpo é a autonomia jurídica das ARS, que na proposta do Governo serão formadas por um conselho de administração, nomeado pelo Governo e sem a participação de nenhuma pessoa estranha a esta nomeação. São afastadas as autarquias, os utentes e os trabalhadores. A inconstitucionalidade está à vista.»

## O Sistema de Saúde do Governo

A proposta de Lei de Bases do Governo preconiza a existência de um «Sistema de Saúde», ao invés de um Serviço Nacional de Saúde, figura que é explicitamente referida na Constituição.

O Sistema de Saúde previsto é composto pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS) e pelo Serviço Privado de Saúde, postos em pé de igualdade. A central sindical considera isto inconstitucional.

Fernando Loureiro diz que o «Governo está mais preocupado em implementar o sistema privado de saúde, em detrimento dos serviços públicos do SNS, do que em resolver as graves lacunas dos serviços de saúde».

Em documento cedido aos jornalistas, a CGTP-IN afirma que a proposta do Governo concede cidadania ao sistema de saúde privado, que irá ser incentivado com dinheiros públicos.

Carmo Tavares refere ao ALAVANCA que

«não se pode admitir que o povo português esteja a pagar os seus impostos e o sistema público, em vez de lhe dar um serviço capaz e tapar todas as lacunas existentes, vá ser utilizado para lançar a iniciativa privada».

É a própria Organização Mundial de Saúde (OMS), que diz que são os serviços públicos que podem, de forma capaz, garantir e fornecer serviços de saúde a toda a população. O Governo português não o entende assim.

Carmo Tavares ironiza dizendo que qualquer dia «vamos ter hospitais de duas, três, quatro ou cinco estrelas, como nos Estados Unidos». Afinal tudo dependerá dos seguros de saúde que os cidadãos possuem.

O Governo prepara-se assim para que a iniciativa privada use para seu benefício, que não para o utente, os meios e equipamentos dos hospitais. Mais: até o próprio pessoal pode, em determinadas condições, prestar serviço aos privados.

## Privados usam dinheiros públicos

A dirigente sindical afirma que «é escandaloso que um utente passe seis ou sete meses à espera duma consulta de especialidade nos hospitais e, desde que tenha 10 ou 15 contos, possa obtê-la no mesmo dia, usando afinal os meios e o equipamento públicos».

Ora isso, prossegue a sindicalista, «é criar uma clivagem social grave num sector onde ela não deveria existir».

E ainda Maria do Carmo Tavares que diz que «o que o Governo pretende não são serviços tendencialmente gratuitos, mas sim tendencialmente pagos».

Em conclusão, a proposta do Governo provoca graves injustiças sociais e uma quebra no nível sanitário do povo português.

Cria, por outro lado, «absurdos e imorais incentivos ao sector privado de saúde, sempre à custa e em detrimento do sector público, para além de preconizar a existência de taxas para pagamento dos serviços, ao mesmo tempo que mantém as chamadas taxas moderadoras».

Os serviços de saúde em Portugal servem para castigar aqueles que têm a ousadia de ficar doentes.

*Sobre a proposta de Lei de Bases da Saúde do Governo, o Alavanca quis ouvir gente ligada ao sector. Aqui ficam duas opiniões: a de Mário Jorge do Sindicato dos Médicos da Zona Sul e de Fernanda Dias do Sindicato dos Enfermeiros. Tónica comum: a proposta do Governo é má.*

## OPINIÃO

Fernanda Dias

### Lei de Bases é grave



Da análise efectuada da proposta do Governo da Lei de Bases da Saúde consideramos que esta na globalidade contém aspectos muito graves que podem vir a aumentar a degradação da saúde das populações, visto o projecto do Governo não contemplar a consolidação duma área fundamental: os cuidados de saúde primários, nomeadamente no que, para nós enfermeiros é de primordial importância: a educação para a saúde.

Por outro lado, a abertura ao sector privado dos hospitais e centros de saúde poderá originar a transformação de instituições de saúde em empresas com fins lucrativos, onde o acesso dos utentes aos serviços de saúde não é garantido de igual forma.

Relativamente ao exercício da profissão de enfermagem, há incompatibilidades manifestas nesta proposta de alteração da Lei de Bases da Saúde, visto não permitir

o desenvolvimento do trabalho da profissão de enfermagem em relação à satisfação das necessidades do utente como um todo, mas permitindo que estes possam ser considerados meras peças de unidades empresariais, onde o lucro é o objectivo fundamental.

Quem beneficia com estas mudanças? Não, decerto, os utentes, que continuam em longas filas de espera, de madrugada à porta dos Centros de Saúde para conseguirem uma consulta, ou esperando semanas (ou meses) por ela.

Terá já estado algum membro do Governo internado num Hospital conjuntamente com 30, 40 ou mais doentes num serviço com apenas um enfermeiro, de tarde e de noite, para «acudir» a todos?

Os que não podem pagar a saúde, que este Governo quer impor aos utentes, bem mais doente fica com esta Lei de Bases da Saúde...

## OPINIÃO

Mário Jorge

### Saúde: um privilegio



A saúde é um direito constitucional. A política do Governo desde a sua tomada de posse tem sido orientada para a transformar num privilégio de alguns.

O projecto de Lei de Bases de Saúde elaborado pelo Governo e em discussão na Assembleia da República visa a destruição do Serviço Nacional de Saúde e o incremento da privatização dos serviços, ressuscitando as tristes taxas moderadoras, desta vez ainda mais agravadas.

A saúde é encarada como um qualquer bem de consumo, sujeito às leis da oferta e da procura, onde quem tem dinheiro usufrui de bons cuidados de saúde, quem não tem fica abandonado à evolução da doença.

Hoje torna-se cada vez mais claro, que o conflito com os médicos desencadeado pelo Governo e conduzido pela

ex-ministra da Saúde, visou desviar as atenções da opinião pública e tentar encobrir o seu verdadeiro objectivo: a destruição do SNS.

Torna-se impensável congregar esforços, para que o direito à saúde não seja drasticamente limitado.

Aos profissionais de saúde devem ser dadas as condições adequadas, para que possam desempenhar cabalmente as suas funções, desenvolvendo as carreiras dignas e remunerações justas.

O tempo que se avizinha encerra perigos que urge denunciar e combater.

As propostas do Governo, que retomam experiências falhadas e abandonadas em países de muito maiores recursos financeiros, acabarão por ser derrotadas, como aconteceu num passado próximo com as taxas moderadoras.



na CEE

## Trabalhadores têm de reforçar posições

A União Económica e Monetária está, neste momento, no centro dos debates relativos à integração europeia. Sabe-se que o objectivo é definir uma zona onde, para além da livre circulação de produtos e factores produtivos, há relações relativamente fixas entre as moedas europeias (a meta é mesmo uma moeda única) e as políticas monetárias e orçamentais nacionais são sujeitas a princípios únicos definidos a partir de Bruxelas. Deverá ou não Portugal integrar um espaço deste tipo? Que palavra têm os trabalhadores, nomeadamente os portugueses, a dizer sobre este processo?

A abolição sucessiva das fronteiras entre os países europeus é um fenómeno que se desenrola a grande velocidade. Portugal, é um país pequeno e extremamente aberto ao exterior. Significa isto que depende, em grande parte, daquilo que se desenvolve no espaço que o rodeia. Qualquer estratégia de desenvolvimento que se queira implementar no nosso país tem de ter em consideração esta restrição.

As consequências da integração de Portugal em 1986 na CEE têm sido fundamentalmente de dois tipos: agravamento do défice comercial e penetração de grandes fluxos financeiros estrangeiros, quer por via das transferências de CEE quer do investimento estrangeiro.

Diz-se-á então que houve um custo, enormes défices externos

	Belg.	Dinam.	RFA	Grec.	Espan.	França	Irlanda	Itália	Luxemb.	Holanda	Portug.	CEE
Inflação Média Anual (1989)	3,6	4,8	3	14,6	6,9	3,6	4,6	6,4	3,9	1,3	11,6	5,4
Duração Semanal do Trabalho (1987)	38,9	36,1	39,6	43,4	41,6	39,4	43,2	39,7	40,2	33,9	44,3	39,5
Salário Médio dólares-hora (1986)	12,73	11,12	13,85	4,04	6,47	10,49	7,39	10,82	—	12,32	1,94	—
Rendimento per capita (índice) (1988)	107,3	148,8	130,6	34,5	56,3	115,5	60,6	101,5	130,5	108	27,6	100

Fonte: Eurostat, EMF Foundation e European Economy

acumulados quando antes tínhamos superávites (1 487,5 milhões de contos) e que houve «proveitos», transferências com a CEE (406 milhões de contos) e investimento directo estrangeiro (669 milhões de contos). Independentemente de se saber se os «proveitos», através das suas consequências sobre o desenvolvimento do país, compensaram os custos (isto relaciona-se com a questão da modernização e das transferências de tecnolo-

gia), a conclusão que se pode tirar destes dados é que o défice comercial externo é um problema relevante de Portugal. Se a qualquer momento diminuir o investimento estrangeiro e as transferências comunitárias (variáveis que pouco dependem da nossa vontade) as contas externas complicar-se-ão. Interessa ainda notar que o período de transição para a integração completa ainda não terminou.

É esta situação comercial externa que tem levado à utilização dum política cambial consubstanciada numa desvalorização do escudo, a fim de se ter ganhos de competitividade ao nível das exportações e de se compensar as subidas dos preços nacionais superiores à mé-

ridades cambiais fixas (União Económica e Monetária), ou seja, a alienação da sua política cambial, significa que a nossa inflação tem de se situar acima dos níveis médios comunitários. Atendendo à situação actual da economia portuguesa isto é extremamente difícil, porquanto só é possível, no curto prazo, através dum política restritiva ao nível dos gastos públicos, da criação de moeda e das actualizações salariais, ou seja, da redução do crescimento económico.

Contudo, se atendermos ao nível das despesas públicas nos domínios sociais, assim como ao nível do nosso desenvolvimento, Portugal não se pode dar ao luxo de contrair o seu crescimento económico porque senão isso significa-

ria um afastamento face aos padrões comunitários.

Portugal não se deve afastar do processo de construção da UEM, todavia tem de garantir que a sua integração não signifique contração do crescimento económico. Assim, aspectos como a reforma dos fundos estruturais

e o reforço da coesão económica e social são componentes fundamentais a ter em consideração e que se exige que o Governo português saiba salvaguardar os interesses nacionais.

Finalmente, os trabalhadores europeus e as suas organizações têm de encontrar meios que reforcem as suas posições para que a Europa Comunitária não seja só a Europa dos grupos económicos transnacionais, mas uma Europa Social. A dimensão social de todo este processo e os mecanismos de participação democrática e social nas instâncias supranacionais são aspectos que devem ser considerados na revisão dos tratados que se está a encetar.

Francisco Madelino

## Dividas do patronato aumentam

O balanço sócio do relatório de 1989, apresentado pelo Conselho Directivo do Centro Regional de Segurança Social de Santarém informa que o dinheiro dos contribuintes continua a ser desviado para os bolsos do patronato com toda a impudência.

A nível nacional, já ultrapassou largamente os 300 milhões de contos, o total das verbas que o patronato tem desviado dos cofres da Segurança Social.

No Distrito de Santarém, esse desvio já é superior a seis milhões de contos. A dívida do patronato não para de crescer e, em relação ao ano transacto, teve um aumento de cerca de 550 mil contos (+10,1 por cento). Em 1989, foram 3106 as empresas em falta.

Do relatório conclui-se que os trabalhadores pouco ou não recebem, recebem pouco e têm serviços de paupérrima qualidade.

Perante estes factos, a União dos Sindicatos de Santarém considera que é urgente uma nova política.

## Penções são insuficientes

Foi só após a CGTP-IN ter insistentemente reivindicado e os trabalhadores lutado pela criação do 14.º mês para todos os pensionistas, que o Governo decidiu ceder, naquilo que foi imediatamente considerado com uma vitória.

No entanto, a degradação das condições de vida dos reformados, resultante do baixíssimo nível das pensões e da subida da inflação, faz com que a CGTP-IN tenha vindo a reivindicar uma revisão intercalar das pensões de reforma para 20 500 escudos no imediato e não em Dezembro.

A central sindical considera ainda, que permanecem por satisfazer outras reivindicações essenciais à melhoria da protecção social, como uma nova política para o abono de família e a alteração da base de cálculo das pensões.

## Os Congressos do Verão

Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços, União dos Sindicatos do Porto e União dos Sindicatos de Viana do Castelo realizaram congressos em Junho. Saíram mais fortes e confiantes.

Unid. milhão de contos (a preços de 1990)

	1985	1986	1987	1988	1989	Total
Saldo Comercial com a CEE	157,1	-54,6	-272,1	-568,4	-592	-1487,5
Transf. Líquidas com a CEE	—	51,1	93,2	121	140,8	406,1
Investimento Dir. estrang.	—	38,5	71,4	152,4	406,8	669,1

Fonte: INE, ICEP e Banco de Portugal

## Mil milhões de mulheres Vão exigir igualdade



No princípio do século, o número de mulheres economicamente activas será de mil milhões em todo o mundo.

Destas, 700 milhões trabalharão nos países desenvolvidos e representarão menos de metade da população feminina do Terceiro Mundo com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

Estes dados constam de um recente estudo estatístico do Bureau International de Trabalho, que revela ainda que se manterá a tendência da transferência do empre-

go feminino da agricultura para a indústria e os serviços.

As disparidades entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, no que toca à igualdade de oportunidades e de direitos irão, continuar.

O estudo revela que o trabalho a tempo parcial é frequente e o desemprego demasiado elevado, entre as mulheres de países industrializados.

Perante estes dados, o desafio é claro: é necessário assegurar às mulheres igualdade de oportunidades, de acesso à formação e ao emprego.



## Portugal desenvolvido e solidário

A CGTP-IN apresentou na segunda semana de Julho a sua Plataforma para um Portugal desenvolvido e solidário:

No preâmbulo a central sindical afirma que «a enorme transformação que se verifica na envolvente externa do País, na qual se destacam os processos de crescente integração económica e social comunitária e europeia, bem como a apreciação da utilização objectiva dos recursos e potencialidades nacionais, exigem novas respostas para velhos e novos desafios que se colocam ao seu futuro».

Para a CGTP-IN, «em grande medida, encontrar essas respostas passa pelo reforço do diálogo político e social».

«O crescimento económico, no quadro de um projecto de desenvolvimento, só terá sentido e vitalidade se estiver associado ao progresso social», considera a CGTP-IN que acrescenta que, «a melhoria das condições sociais impõe a construção de um Portugal solidário, em que ninguém seja impedido de usufruir os direitos sociais e económicos básicos».

Na Plataforma pode ainda ler-se que «a educação é, obrigatoriamente, um investimento a longo prazo. O investimento na reestruturação e modernização da nossa economia pressupõe um investimento correspondente na qualificação dos recursos humanos. Esta questão é tanto mais importante quanto é reconhecido o nosso défice em mão-de-obra qualificada. Apenas um quarto dos trabalhadores por conta de outrem têm habilitações iguais ou superiores ao ensino secundário, só cerca de 50% são considerados como qualificados, e Portugal apresenta ainda hoje uma das mais elevadas taxas de analfabetismo da Europa».

## NA FORJA

Julho

CGTP-IN

- Encontro do Corpo Nacional de Monitores (Formação Sindical) dias 11 e 12

Agosto

INTERJOVEM

- Acampamento Nacional na Ilha do Pesseguero/Porto Covo entre 15 e 30.

## Em Junho

# Luta não foi a banhos

O mês de Junho veio provar que as lutas aquecem o Verão. Para lá das lutas em torno da redução dos horários, movimentaram-se os trabalhadores da administração central e local. Em causa, as actualizações salariais e o descongelamento dos escalões. Greves de 24 ho-

ras com elevadíssima participação foi o resultado.

Em greve parcial estiveram também os trabalhadores da EDP, contra o desmembramento da empresa, da Petroquímica, Agroquímica, Plasquímica, CUF-Têxteis e CIMPOR.

Nada impressionados

com o tempo de férias estiveram também os trabalhadores da Hotelaria, nomeadamente da Enatur e Sheraton do Porto.

Nas acções de luta do sector dos transportes ficou mais uma vez provada a grande unidade que reina entre os trabalhadores. O destaque vai

para os trabalhadores da RN, CP, STCP, Carris e Metro.

Os jornalistas não deixaram passar o mês em branco e no Diário Popular disseram «não» às horas extraordinárias, enquanto os operadores de câmara da RTP alcançavam uma vitória em toda a linha.

Para provar que não vão em músicas, os músicos da Orquestra do Teatro de S. Carlos fizeram silêncio de 15 minutos nas suas prestações.

Nas telecomunicações aeronáuticas, a luta foi de tal maneira que obrigou o Governo a decretar a requisição civil.

O calor não desmobilizou os trabalhadores da metalurgia, designadamente da Sorelame, que

exigiram a valorização profissional e a redução dos horários.

A greve dos trabalhadores da Sec. de Estado do Tesouro obrigou ao dilatamento dos prazos de entrega dos impostos previstos para o mês passado.

Quem visitou os Museus e palácios aos domingos e feriados bateu com o nariz na porta. Os trabalhadores fizeram greve nesses dias.

Na CP, os tribunais deram razão aos trabalhadores: os serviços mínimos, tal como são entendidos pelo Conselho de Gerência, são ilegais.

Com muitas outras lutas que ficaram por referir, Junho foi um mês quente.



**CGTP-IN EM BELÉM** — O Presidente da República, Dr. Mário Soares recebeu, no passado dia 27 de Junho, uma delegação da CGTP-IN. A audiência abordou a realidade social portuguesa e a sua possível evolução em consequência das profundas alterações operadas na Europa, designadamente na CEE, com a União Económica e Monetária. Abordadas foram também questões relativas à crescente precarização da vida dos trabalhadores, aos horários de trabalho e aos salários.

## Sobe, sobe inflação

No mês de Maio verificou-se um assinalável agravamento da inflação, que se traduziu numa taxa de crescimento mensal dos preços na ordem do 1,1 por cento, fixando a taxa média de inflação anual em Maio em 12,8 por cento.

A taxa de inflação sobre o mês homólogo do ano anterior ficou-se em

cerca de 14 por cento. Estes valores são preocupantes, se tivermos em conta a média da negociação colectiva deste ano.

A manter-se a tendência actual de crescimento dos preços, é mais que provável que a taxa média anual se situe entre os 13,5 e os 14 por cento.

A manter-se a actual política de crescimento dos salários, e aqui realce-se os casos da Administração Pública e dos transportes, onde se verifica uma forte contenção salarial, poderá verificar-se em quase todos os sectores de actividade uma quebra do salário real em 1990.

Desde há muito que a CGTP-IN tem alertado para este fenómeno inflacionário, não somente no sentido dos efeitos que tem na distribuição do rendimento nacional, mas também no sentido da tomada de medidas correctivas que procurem reduzir este excepcional crescimento dos preços e por outro lado que se tomem medidas para que exista um crescimento real dos salários.

## BOLETIM METEOROLOGICO



No próximo mês, prevê-se tempo a fazer caretas em algumas zonas e sectores.

Níveis baixos e ventos ciclónicos vão continuar para os lados da administração central e local, devido a uma depressão localizada a norte do vale das «actualizações salariais» e a funcionar por escalões.

Aguaçentos e níveis baixos vão acontecer na área dos transportes. O anti-ciclone «negociações» continua estacionário.

Gelado, gelado está o ambiente em vários sectores como indústrias eléctricas, cimentos, têxteis e telecomunicações. As vagas de frio liberalismo centralizado nas ilhas britânicas vão continuar a assolar o território português.

O sistema depressivo «classe política» normalmente localizado na Foz do Tejo irá deslocar-se para sul, para o Algarve, onde se prevêem pequenos chuveiros, motivados por arduos passageiros.

A frente fria «inflação» que se abate sobre Portugal vai continuar a inchar, com uma deslocação contrária à da Europa.

Que se reduzam os horários para podermos usufruir deste maravilhoso tempo.

A pesar de tudo, boas férias.

